



Tratem bem os que cá estão!

QUEREM MELHORAR A EDUCAÇÃO?

150 MIL

PELA VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO

EDITORIAL**P.3** NÃO DESISTIMOS**AÇÃO SINDICAL****P.4 À P.7** 150 MIL PROFESSORES NA RUA PELA VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO**P.8** DIRETORA EUROPEIA DO CSEE IMPRESSIONADA COM A MANIFESTAÇÃO**P.9 À P.13** RONDAS NEGOCIAIS PRODUZEM MÃO CHEIA DE NADAS**P.14** MANUEL TEODÓSIO ELEITO PRESIDENTE DO SPZC**P.15** SDPSUL CELEBRA ANIVERSÁRIO COM SEMINÁRIO SOBRE PERIGOS DA INTERNET**P.16** SPCL/FNE DENUNCIA SITUAÇÃO DESESPERANTE DOS PROFESSORES NO ESTRANGEIRO**WEBINÁRIO****P.17 À P.19** GISELA OLIVEIRA SOBRE OS ODS: «A NATUREZA NÃO É POSSE DA ESPÉCIE HUMANA»**ENTREVISTA****P.20 À P.24** CARLOS GUIMARÃES: «TEM QUE HAVER UM CORPO ESPECIAL DE NÃO DOCENTES»**NA MINHA OPINIÃO****P.25** O QUE MOVE OS PROFESSORES - JOSEFA LOPES, PRESIDENTE DO SDPSUL**NÃO DOCENTES****P.26, P.27** PARA TANTO QUE LHES DAMOS, É TÃO POUCO O QUE NOS DÃO - JOSÉ ANTÓNIO MOREIRA, VICE-PRESIDENTE DO STAAE ZN**INTERNACIONAL****P.28, P.29** ATRATIVIDADE DA PROFISSÃO DOCENTE: RETENÇÃO MAIS IMPORTANTE QUE RECRUTAMENTO**P.30** FNE NO COMITÉ PERMANENTE DA IGUALDADE DO CSEE**SAÚDE****P.31** INTEGRAÇÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO NA EDUCAÇÃO**LEGISLAÇÃO****P.32** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 DE JANEIRO A 25 DE FEVEREIRO DE 2023**+VANTAGENS FNE****P.33** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA**

fevereiro 2023

proprietário

Federação Nacional da Educação

diretor

João Dias da Silva

produção de conteúdos

Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado

Teresa Morais

sindicatos membros

Sindicato dos Professores da Zona Norte *

Sindicato dos Professores da Zona Centro *

Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e

Vale do Tejo * Sindicato Democrático dos Professores do Sul *

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores *

Sindicato Democrático dos Professores da Madeira *

Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas *

Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de

Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores,

Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro *

Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de

Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro

Joaquim Fernandes

redação

Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *

tel. 225 073 880 *

secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação

Rafael Marques e Tiago Soares



NÃO DESISTIMOS

É verdade que este título tem constituído uma frase-chave da nossa ação sindical recente. Mas o certo é que esta expressão continua a constituir para nós uma exigência, e que é fruto da incapacidade do Ministério da Educação e do Governo para responder à sua responsabilidade de valorizar os profissionais que garantem o dia a dia do funcionamento do sistema educativo.

E esta afirmação firme e mobilizadora de não desistência encontrou consequência numa outra afirmação que estamos a trazer todos os dias para a rua: para melhorar a educação, é preciso tratar bem os que cá estão.

O que nos move, para além dos objetivos que pretendemos atingir, é estarmos a assistir à continuação de uma atitude desatenta e de desleixo por parte do Governo. Ora vejamos.

Em relação ao processo negocial para a revisão do regime de concursos de educadores e professores, o Ministério da Educação não tem sido capaz de chegar a uma formulação que simplesmente seja justa, equilibrada e que os respeite. Embora essa deva ser a sua obrigação, as propostas que até agora apresentou o que fazem é introduzir novos fatores de injustiça relativa entre os candidatos à vinculação e trazem a instabilidade para os docentes dos quadros das escolas, para além de insistir em criar um conselho de diretores que, em vez de dar transparência ao processo de colocação de professores, serve para criar dúvidas sobre os critérios que estariam presentes no seu funcionamento, se viesse a existir.

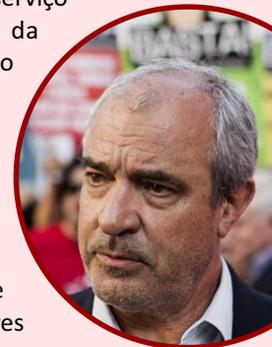
Por outro lado, o Governo tarda em apresentar propostas claras que respondam aos desafios que a FNE insistentemente tem apresentado em termos de valorização da carreira docente, desde

a recuperação do tempo de serviço perdido no desenvolvimento da carreira, até à substituição do modelo de avaliação de desempenho, eliminando as vagas e as quotas, e ainda ao estabelecimento de novo regime de aposentação que tenha em linha de conta o desgaste que a profissão provoca, para além de libertar educadores e professores de todo o aparato burocrático em que têm de se enredar no quotidiano da sua escola.

Para os trabalhadores não docentes, não se vislumbra da parte do Governo nenhuma capacidade de valorização das especiais e específicas responsabilidades a que são chamados todos os dias nas nossas escolas. O Ministério da Educação parece já ter desistido de reconhecer que a qualidade do trabalho que se desenvolve nas escolas exige trabalhadores não docentes que sejam reconhecidos como parte do processo educativo que nelas se desenvolve, porque os funcionários das escolas também educam. E a esse nível, apesar do processo de transferência de competências para as Autarquias, o Ministério da Educação deve continuar a ter responsabilidades.

Estamos deste modo confrontados com um Governo que ignora os problemas, não assumindo a responsabilidade de os identificar e para eles encontrar soluções, em clima de diálogo social e de concertação.

É por tudo isto que a nossa ação sindical quotidiana tem de corresponder à confirmação do princípio de que não desistimos mesmo.



João Dias da Silva

João Dias da Silva
Secretário-Geral da FNE



www.fne.pt

Defender a Profissão de Professor

MANIFESTAÇÃO NACIONAL

11 fev 2023 - 15h
Marquês de Pombal

QUEREM MELHORAR A EDUCAÇÃO?

TRATEM BEM OS QUE CÁ ESTÃO!

ação sindical



SINDICATO
PROFESSORES
ZONA NORTE

SPZC
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA ZONA CENTRO



GRANDE
LISBOA

SDP
SUL

SDPA
SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS
PROFESSORES DOS AÇORES



MADEIRA



SPCL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DAS COMUNIDADES LOCAIS

150 MIL PROFESSORES NA RUA PELA VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO

Professores e educadores de todo o país desceram a Avenida da Liberdade em direção ao Terreiro do Paço, naquele que fica marcado como um dos maiores desfiles de protesto de sempre dos docentes portugueses.

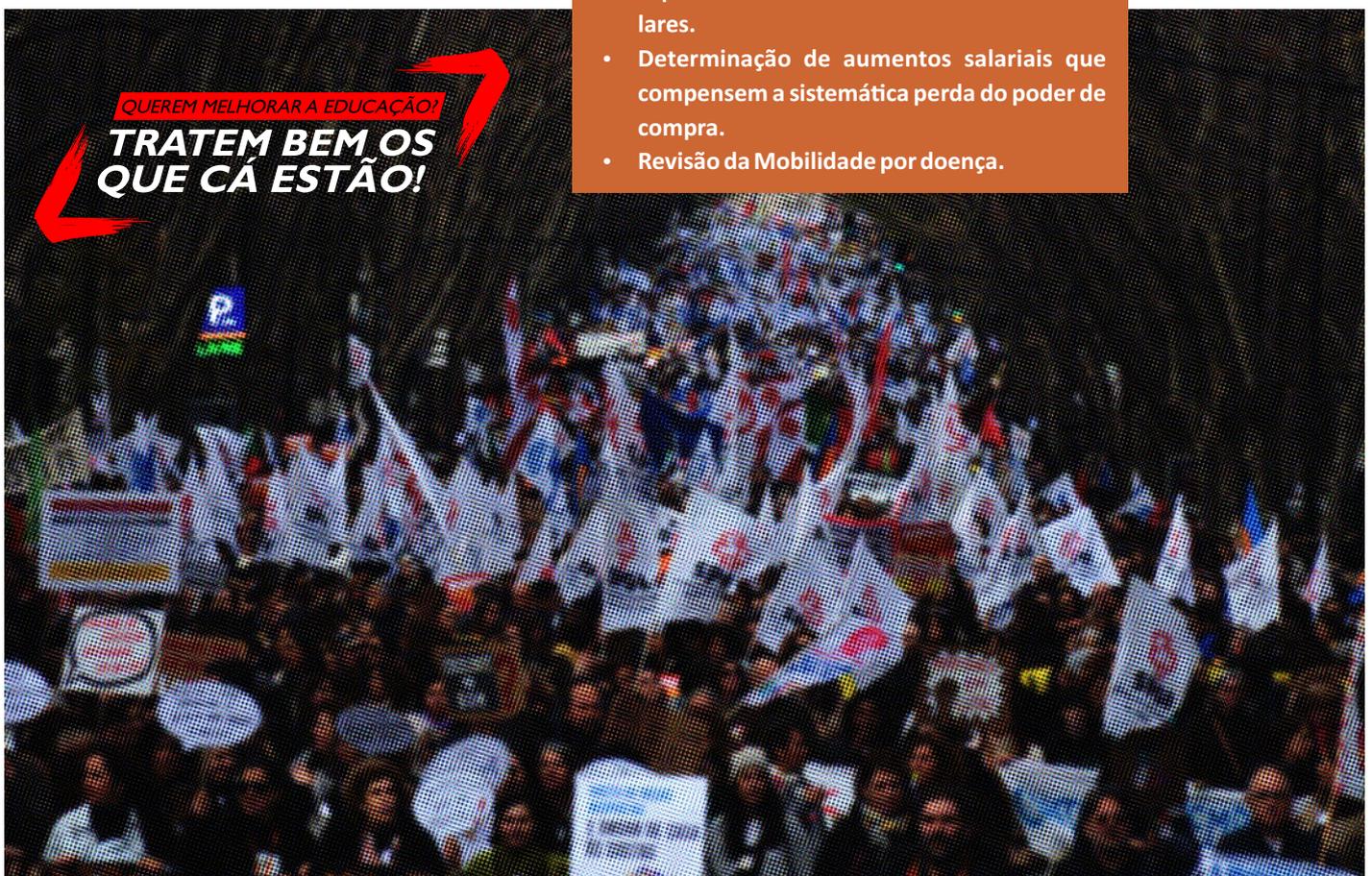
Cerca de 150 000 professores mostraram a uma só voz a luta pela valorização e respeito pela sua profissão, que merecem respeito e reconhecimento pelo seu trabalho e que não desistem de reafirmar a esperança e a confiança de conseguir com que as nossas escolas sejam espaços de desenvolvimento profissional atrativos e aliciantes.

A FNE e os seus sindicatos, que participaram nesta grande manifestação que se iniciou no Marquês de Pombal repleto de cor e de palavras dirigidas ao Governo, quiseram demonstrar na rua que não pode existir sistema educativo de qualidade sem um investimento claro que dê expressão ao que deve ser o reconhecimento do trabalho que todos os docentes promovem nas nossas escolas.

As mensagens de luta e protesto dos docentes e educadores passaram por todas as matérias que têm criado nadas nas negociações levadas a cabo pela tutela até agora com os Sindicatos e que passam por:

- Manter em equiparação o valor do índice de topo da Carreira Docente com o topo da Carreira Técnica Superior.
- Eliminação da exigência de vagas no acesso aos 5º e 7º escalões.
- Revisão do regime de reduções da componente letiva por efeito conjugado da idade e do tempo de serviço.
- Revisão do regime de acesso à aposentação.
- Recuperação do tempo de serviço congelado e das perdas ocorridas nas transições de carreira e das indevidas ultrapassagens.
- Revisão da formulação da composição do tempo de trabalho dos docentes, assegurando um efetivo respeito pelos limites do tempo de trabalho.
- Eliminação da precariedade que afeta os docentes a exercer funções como técnicos especializados e nas atividades extracurriculares.
- Determinação de aumentos salariais que compensem a sistemática perda do poder de compra.
- Revisão da Mobilidade por doença.

Cerca de 150 000 professores mostraram a uma só voz a luta pela valorização e respeito pela sua profissão e que merecem respeito e reconhecimento pelo seu trabalho.





O Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, no discurso de saudação realizado perante um Terreiro do Paço repleto, começou por sublinhar que "Todos disseram até agora e é sempre afirmado que o papel do professor é essencial para a construção da sociedade. Os educadores e professores portugueses provam-no todos os dias no trabalho incedível que desenvolvem nas nossas escolas. É com o seu trabalho que ultrapassam as enormes insuficiências de um sistema de educação e formação no qual tão pouco se tem investido ao longo de tantos e tantos anos. Muita gente e muitos políticos reconhecem esse enorme esforço e essa enorme mobilização. Mas o que falta, o que tem faltado é que esse reconhecimento se traduza na sua valorização", acrescentando ainda que "É por isso que os educadores e professores portugueses acumulam hoje na sua insatisfação, quer a sucessão de políticas erradas na gestão da carreira docente, quer a ausência de medidas adequadas aos problemas que há muito foram identificados. Faz todo o sentido dizer que se querem melhor educação, tratem bem os que cá estão!".

Os professores saíram à rua para denunciar a falta de justiça e de respeito, com João Dias da Silva a lembrar que "Não pode mais continuar a precariedade. É preciso que os jovens professores tenham direito a uma perspetiva de emprego estável. É preciso que se assegure um regular desenvolvimento das carreiras que reconheça o trabalho que é realizado todos os dias com enorme empenho. É preciso que a aposentação seja atingida em tempo e em condições que permitam

a vida com dignidade. É preciso que se respeitem os limites do tempo de trabalho e que se promova realmente a conciliação do tempo de vida profissional com o respeito pela vida pessoal e familiar", sublinhou.

A fechar, o líder da FNE reforçou que "Temos, portanto, toda a razão para estar aqui hoje, porque este Governo não há meio de abrir os olhos e agir com medidas concretas que visem a valorização da nossa carreira e das nossas condições de trabalho. Estamos seguros de que uma educação de qualidade passa necessariamente por educadores e professores reconhecidos e valorizados e que esse reconhecimento e valorização tem de ter respostas rápidas e concretas por parte do Ministério da Educação. Sem essas respostas rápidas e concretas, não deixaremos de continuar a lutar até que finalmente o governo reconheça a nossa razão. Não desistimos da nossa profissão. Não desistiremos de a defender!".

«Não desistimos da nossa profissão. Não desistiremos de a defender!».

João Dias da Silva



O Secretário-Geral da UGT, Mário Mourão, vários membros do Secretariado Executivo da UGT, e o Secretário-Geral da FESAP, José Abraão, marcaram presença no desfile, assim como a Diretora Europeia do CSEE, Susan Flocken e José Augusto Cardoso, Secretário-Geral da CPLP-SE (Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa) em solidariedade com todos os educadores e professores portugueses. Foi ainda lida uma mensagem de David Edwards, Presidente da Internacional da Educação, mostrando também todo o apoio ao protesto dos docentes nacionais.

Este protesto veio mostrar mais uma vez que os profissionais da Educação, que todos os dias demonstram nas escolas de Portugal com o seu trabalho que merecem ser respeitados e prestigiados, não perdoam desconsiderações. Os educadores e professores portugueses cumprem com empenho e dedicação o que são os seus deveres. Aquilo que este desfile reforçou foi o pedido que quem de direito não deixe de cumprir as suas responsabilidades e que os docentes portugueses estão disponíveis para as lutas que forem necessárias, para garantir que lhes seja reconhecido o que é seu de direito e de justiça. E, quanto a isto, ficou dado mais um sinal de que não vão desistir.

Aquilo que este desfile reforçou foi o pedido que quem de direito não deixe de cumprir as suas responsabilidades.



Veja aqui a galeria completa de fotos da manifestação: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.6212735445451080>



Defender a Profissão de Professor
MANIFESTAÇÃO NACIONAL

11 fev 2023 - 15h
Marquês de Pombal

DIRETORA EUROPEIA DO CSEE IMPRESSIONADA COM A MANIFESTAÇÃO

Susan Flocken, Diretora do CSEE (Comité Sindical Europeu da Educação, com sede em Bruxelas) fez uma breve visita a Lisboa para acompanhar esta marcha de docentes e deixou algumas palavras em exclusivo à FNEtv:

"Estou impressionada com o número de professores que participaram nesta manifestação", começou por dizer, acrescentando que "esta é uma grande demonstração de como os professores estão preocupados e zangados com a sua condição profissional, pedindo respeito, que é o mínimo que merecem aqueles que fazem desta profissão uma base fundamental da sociedade para os jovens em Portugal e na Europa".

A fechar, Susan Flocken deixou uma mensagem da ETUCE - European Trade Union Committee for Education garantindo que "11 milhões de professores na Europa estão em solidariedade com os professores portugueses. Estão ao lado de todos na defesa e respeito dos direitos democráticos e da paixão da profissão docente. Pela valorização dos professores e da Educação", rematou.



Foram ainda divulgadas as formas de luta para os tempos que se seguem ao desfile:

- Semana de Luto e Luta nas Escolas, de 13 a 17 de fevereiro, ou seja, de hoje até final da semana;
- Concentrações de protesto e exigência junto às portas das escolas nos dias 15 e 17 (quarta e Sexta), coincidindo, nos dias, com novas rondas negociais do atual processo (respetivamente às 15 horas e 10 horas, em mesa única) que o ME pretende que sejam as últimas;
- Dias 4D (Debate Democrático pela Dignificação da Docência) - 23, 24, 27 e 28 de fevereiro - com a realização de um amplo conjunto de reuniões e plenários nos quais serão analisadas as propostas do ME, estabelecidas as prioridades negociais e consultados os docentes sobre as formas de luta a desenvolver;
- Dias 2 e 3 de março, Greves e 4 e 11 de março Manifestações dos Professores e Educadores, organizado da seguinte forma:
 - . Greve nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Vila Real, Viana do Castelo e Viseu a 2 de março com Manifestação no Porto a 4 de março.
 - . Greve nos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal no dia 3 de março e Manifestação em Lisboa a 11 de março.

**"Esta é uma grande demonstração de como os professores estão preocupados e zangados com a sua condição profissional, pedindo respeito".
Susan Flocken**





RONDAS NEGOCIAIS PRODUZEM MÃO CHEIA DE NADAS

Fevereiro abriu com uma reunião entre sindicatos e Ministério da Educação (ME) para dar continuidade ao processo negocial relativo à apreciação do DL relativo ao processo de Recrutamento e Gestão Docente.

Desta feita as reuniões entraram em modo de "mesa única" e este primeiro encontro do mês, a 2 de fevereiro, resultou em mais uma mão cheia de nada relativamente às várias matérias debatidas durante mais de 5 horas.

Sobre as questões da valorização da carreira, a FNE relembrou ao Ministério nestes encontros, as propostas que constam do seu Roteiro para a Legislatura, assim como o memorando de propostas apresentadas desde setembro nas negociações e os pontos citados num Parecer enviado à tutela em que a FNE deu respostas para as várias propostas elaboradas pelo ME, incluindo da Revisão do Diploma dos Concursos que esteve em cima da mesa nas várias rondas negociais deste segundo mês de 2023 e sobre o qual a FNE apresentava dúvidas, aguardando pelo clausulado para comentar o resultado final, apesar de existir alguma evolução com a possibilidade de a vinculação prevista para este ano passar a abranger todos os professores contratados que tenham acumulado nos últimos dois anos 1.095 dias de serviço, independentemente de terem neste momento um horário completo ou incompleto.

Relativamente à matéria do Conselho local de diretores, a FNE manteve a sua discordância sobre a proposta de estes poderem colocar professores dentro do mesmo Quadro de Zona Pedagógica (QZP), o que significaria deslocações entre vários concelhos, devido ao facto de existirem QZP que abrangem várias zonas.

A FNE fez passar a mensagem ao ME neste encontro, que seria urgente alcançar-se uma resposta positiva à mais que visível revolta dos docentes e se alcancem soluções para as reivindicações de modo a que todos os educadores e professores portugueses se revejam e se sintam mais reconhecidos e valorizados pelo Governo nesta matéria.

Neste período pós-primeira reunião com a tutela em fevereiro, a FNE manteve a convergência com greves já marcadas por outras organizações sindicais da educação até 8 de fevereiro.

A FNE reforçou ao ME, que era urgente alcançar-se uma resposta positiva à mais que visível revolta dos docentes e soluções para as reivindicações.



PEDRO BARREIROS: «DIPLOMA VAI CRIAR PROFESSORES DE MOCHILA ÀS COSTAS»



E a 15 de fevereiro, a FNE regressou ao Ministério da Educação para dar seguimento à discussão sobre o novo modelo de contratação e colocação de professores.

E uma certeza ficou demonstrada: que tal como está o diploma não haverá acordo. Com esta proposta, afirmou Pedro Barreiros, Vice-Secretário-Geral da FNE, “vamos ter professores 'de mochila às costas. A proposta de diploma que nos foi apresentado pelo Ministério da Educação a menos de 24h desta reunião é apenas mais do mesmo e com aspetos que já tínhamos denunciado que não podem merecer a nossa concordância. Tenta-se fazer passar para a opinião pública

que existe uma aproximação às reivindicações dos professores e dos sindicatos, mas em concreto isso não se verifica, porque se é verdade que o Ministro da Educação e o Primeiro-Ministro têm falado na urgência de se combater os professores 'com casa às costas', este diploma, aquilo que nos traz é professores 'de mochilas às costas' ”.

As questões que mais distanciam sindicatos do ministério ainda estavam para vir, sendo ainda lembrado que além do diploma agora em discussão, os professores não iriam abandonar as suas reivindicações noutras matérias como a recuperação do tempo de serviço congelado, o fim das vagas e quotas de acesso ao 5º e 7º escalões ou os extensos horários de trabalho.

No final de mais uma reunião que ultrapassou as 5 horas de duração, ficou a garantia de que enquanto a tutela não aceitar negociar as restantes matérias não haverá documento que pare os professores, sendo ainda sublinhado que os sindicatos não exigem que essas matérias sejam imediatamente negociadas, pedindo sim que fosse feita uma calendarização.

“Vamos ter professores 'de mochila às costas'. A proposta de diploma que nos foi apresentada pelo ME é apenas mais do mesmo e com aspetos que já tínhamos denunciado que não podem merecer a nossa concordância". Pedro Barreiros

OBRIGATÓRIO NEGOCIAR RECUPERAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO



Dois dias depois (17 de fevereiro), nova ronda negocial em que essencialmente, prosseguiu a análise e debate do Diploma proposto pela tutela e que revelou mais uma vez uma discordância por parte dos sindicatos e ausência de acordo.

No final de uma reunião que se iniciou às 10h e terminou perto das 18h (com pausa para almoço), os sindicatos reforçaram que sem negociações para a recuperação de todo o tempo de

serviço docente, não há possibilidade de qualquer tipo de acordo.

Da parte das organizações sindicais ficou claro que para que seja alcançado um acordo este terá de ser global, atingindo matérias como a recuperação do tempo de serviço congelado ou o fim das vagas de acesso aos 5º e 7º escalões.

Ficou então marcada para dia 23 de fevereiro, às 10h30, nova ronda negocial em que, esperavam os sindicatos, fosse também incluído um debate e calendarização de matérias que nunca estiveram em cima da mesa nas rondas de fevereiro, tais como a burocracia, o tempo de serviço, a questão da aposentação, da mobilidade por doença, do Ensino Português no Estrangeiro (EPE) e dos Técnicos Especializados, matérias que ficaram ao longo das reuniões sem respostas da parte do Ministério da Educação.

ÚLTIMA RONDA PRODUZ RESULTADOS INSUFICIENTES SOBRE «DIPLOMA IMPENSÁVEL E INACEITÁVEL»

Nas vésperas da reunião de 23 de fevereiro, a FNE fez chegar ao Ministério da Educação uma análise sobre as propostas entregues pela tutela nas reuniões anteriores deixando como ponto prévio a rejeição da existência de um Conselho de Quadro de Zona Pedagógica, não aceitando a possibilidade de atribuição de horários agregados a docentes de carreira e ainda um parecer sobre o anteprojeto do Decreto-Lei que estabelece o novo regime de gestão e recrutamento do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de técnicos especializados para formação.

E esta foi mais uma reunião que não ofereceu evoluções nos pontos que a FNE considera mais críticos: nos critérios de graduação profissional para efeitos de graduação dos docentes e no combate aos professores de casa às costas e no número de QZP's, com Pedro Barreiros, Vice Secretário-Geral da FNE a reafirmar à saída deste encontro "que lamentamos que para combater essa lógica se crie uma de professores 'de mochila às costas' e isto foi mais uma vez dito ao ME nesta reunião, porque com a criação destes QZP's, que aparentemente são menores, mas que efetivamente abrangem áreas bastante substanciais em virtude dos docentes terem que concorrer não só para o seu QZP, mas para mais três em algumas situações, o que faz com que a área geográfica tenha uma enorme dimensão", sendo ainda de referir os casos em que os professores que não têm componente letiva com mínimo de 8h ficam sujeitos a ser colocados em escolas que distem no

mínimo 30 km e "isso é um retrocesso ao que pretendemos", acrescentando que "o facto é que quando a tutela apresenta um diploma impensável e inaceitável e depois vai-se aproximando de um conjunto de reivindicações dos sindicatos, pode dizer que melhorou, mas nunca poderá dizer que alcançaram aquilo que a FNE, os seus sindicatos e os professores desejam", alertou Pedro Barreiros.

Ficou ainda explícito que "jamais a FNE poderá concordar com as competências para este novo conselho que o ME pretende criar, havendo alguns pontos que consideramos positivos como no caso da inclusão no diploma de concursos dos colegas da educação tecnológica com a criação de subgrupos, mas continua a ser uma listagem enorme de aspetos com os quais não concordamos".

A FNE e as restantes organizações sindicais vão agora aguardar o diploma final do Ministério da Educação, que deverá ser enviado até 1 de março de 2023, para decidirem, até ao dia seguinte, se pedem ou não a negociação suplementar.

Em resumo, este conjunto de reuniões ocorridas em fevereiro entre Sindicatos e Ministério da Educação resultaram numa "mão cheia de nadas", o que levou a FNE, em conjunto com outras organizações sindicais a avançar para greves a 2 e 3 de março.

Os sindicatos reforçaram que sem negociações para a recuperação de todo o tempo de serviço docente, não há possibilidade de qualquer tipo de acordo.





www.fne.pt

GREVE

GREVE

Respeitar os
Professores.
Valorizar a
Profissão.

Distritos:
Viana do Castelo
Braga
Porto
Bragança
Vila Real
Aveiro
Coimbra
Viseu
Guarda

2
março

Distritos:

Leiria
Castelo Branco
Santarém
Lisboa
Setúbal
Portalegre
Évora
Beja
Faro

3
março



MANIF

Respeitar os
Professores.
Valorizar a
Profissão.

PORTO

Marquês - Avenida
dos Aliados

Distritos:

Viana do Castelo
Braga
Porto
Bragança
Vila Real
Aveiro
Coimbra
Viseu
Guarda

4
março

LISBOA

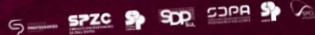
Rossio - Assembleia
da República

Distritos:

Leiria
Castelo Branco
Santarém
Lisboa
Setúbal
Portalegre
Évora
Beja
Faro

4
março

fne www.fne.pt



MANIF

Respeitar os Professores
Valorizar a Profissão



COLÉGIO ARBITRAL DEFINE SERVIÇOS MÍNIMOS E SINDICATOS AVANÇAM PARA TRIBUNAL E MANIFESTAÇÕES

A 27 de fevereiro saiu a decisão do colégio arbitral, que definiu que as greves marcadas para os dias 2 e 3 de março terão serviços mínimos. Os Sindicatos consideraram esta decisão como "estranha" porque, "por um lado, o ME havia desistido do pedido de serviços mínimos; estranha porque, segundo o Acórdão aprovado apenas por maioria, a decisão de decretar serviços mínimos não decorre destas greves, mas de outras às quais estas nove organizações são alheias".

Independentemente daquela decisão, ASPL, FENPROF, FNE, PRÓ-ORDEM, SEPLEU, SINAPE, SINDEP, SIPE e SPLIU decidiram manter as greves e as manifestações, neste caso com ajuste de data, dado o teor da última reunião negocial com o ME, na qual se mantiveram alguns dos aspetos mais contestados do diploma de concursos.

Ademais, o ME não aceitou calendarizar negociações sobre a recuperação do tempo de serviço, a eliminação das vagas e das quotas, a aprovação de um regime específico de aposentação, a regularização dos horários de trabalho ou a revisão urgente do regime de mobilidade por doença, entre outros assuntos. A esta situação, já de si negativa, junta-se agora mais esta tentativa de parar a luta dos professores com a imposição de serviços mínimos ilegais, luta que, no entanto, garantiram "não irá parar".

Irresignados com os serviços mínimos, que consideram ilegal, as organizações sindicais decidiram recorrer aos tribunais com cada organização a apresentar uma ação cautelar (intimação ou providência), no sentido de tentar suspender esta decisão; posteriormente, em conjunto, as 9 organizações avançarão com uma ação em tribunal para que estes serviços mínimos sejam declarados ilegais, tal como aconteceu em 2018.



Quanto à luta a desenvolver de imediato, as organizações sindicais decidiram:

- Manter as greves de 2 de março (Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Porto, Aveiro, Viseu, Guarda e Coimbra) e 3 de março (Leiria, Castelo Branco, Portalegre, Santarém, Lisboa, Setúbal, Beja, Évora e Faro);

- Caso não sejam suspensos os serviços mínimos, instar os professores e os educadores a, nestes dias, se limitarem ao seu estrito cumprimento desses serviços, não aceitando desenvolver qualquer outro para além daquele (que, por ser cumprido, não poderá ser descontado no salário), usando o autocolante que os identifica como estando em serviços mínimos;

- Promover, em todo o país, concentrações à porta das escolas no dia da respetiva greve, chamando a comunicação social e enviando às organizações sindicais fotografias desse momento para divulgação, divulgando-as, também, nas redes sociais;

- Devido aos serviços mínimos, deslocar as duas manifestações para dia 4, próximo sábado, ambas às 15:30 horas;

- Os pontos de encontro destas manifestações serão: em Lisboa o Rossio com desfile para a Assembleia da República; No Porto a Praça do Marquês deslocando-se para os Aliados;

- Em 2 de março, requerer junto do ME a negociação suplementar do diploma de concursos;

- Convocar uma Concentração com Plenário Nacional junto às instalações do Ministério da Educação para o dia em que se realizar a reunião de negociação suplementar;

- Em 7 de março, à tarde, em Conferência de Imprensa a realizar em Lisboa, divulgar as formas de luta seguintes, decididas a partir da consulta que está a ser realizada junto dos professores e educadores em todo o país, no âmbito dos Dias 4D - Debate Democrático pela Dignificação da Profissão.

Irresignados com os serviços mínimos, que consideram ilegal, as organizações sindicais decidiram recorrer aos tribunais com cada organização a apresentar uma ação cautelar (intimação ou providência).



MANUEL TEODÓSIO ELEITO PRESIDENTE DO SPZC

Manuel Teodósio foi eleito com 99,5% de votos, o novo presidente do Sindicato dos Professores da Zona Centro (SPZC).

O novo líder do SPZC foi eleito a 25 de janeiro e tomou posse a 4 de fevereiro, numa cerimónia que decorreu no concelho de Montemor-o-Velho e que contou com a presença do Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva.



José Ricardo, que liderou o Sindicato durante os últimos 28 anos foi agora eleito presidente da Mesa da Assembleia Geral e substituiu outro dos fundadores e reconhecido dirigente do sindicato, Jorge Saraiva deixando nas redes sociais uma nota de despedida, referindo que “estou feliz por

ter servido o SPZC; Estou feliz porque o meu legado ficou sob a liderança de um homem honesto e um sindicalista responsável e determinado a lutar por causas”.

No discurso de tomada de posse, Manuel Teodósio, que é natural de Coimbra e que conduziu nos últimos anos os destinos da União da UGT de Viseu, afirmou que "vivemos hoje tempos inéditos na educação, cujo desfecho é completamente imprevisível. A nossa obrigação é saber ler e interpretar em cada momento, o verdadeiro sentimento da generalidade dos nossos associados. Sabemos que para se devolver a necessária estabilidade às escolas e à educação, tem de ser dada resposta aos principais problemas que atingem os professores", ficando também palavras sobre o futuro do SPZC: "Esta é uma mudança de ciclo, com o rejuvenescimento da equipa que assumirá o rumo daquela que é a maior e a primeira estrutura sindical de docentes a ser formalmente constituída no Centro”.

Este evento contou ainda com a presença do Secretário-Geral e da presidente da UGT, respetivamente Mário Mourão e Lucinda Manuela Dâmaso, assim como do Secretário-Geral da FESAP, José Abraão além de representantes de vários sindicatos pertencentes à central sindical.

O novo líder do SPZC foi eleito a 25 de janeiro e tomou posse a 4 de fevereiro, numa cerimónia que contou com a presença do SG da FNE, João Dias da Silva.

SDPSUL CELEBRA ANIVERSÁRIO COM SEMINÁRIO SOBRE PERIGOS DA INTERNET

O Sindicato Democrático dos Professores do Sul (SDP Sul) comemorou o seu 37º aniversário com um seminário com o tema "Internet...que perigos?...que cuidados?".

Esta iniciativa contou com a presença do Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, que acompanhou a presidente do SDP Sul, Josefa Lopes, na sessão de abertura, dedicada a uma pequena análise da atualidade sindical e sob o mote utilizado pela FNE nos últimos protestos "Querem melhorar a educação? Tratem bem os que cá estão".

Depois deu-se então lugar ao debate principal sobre o tema do seminário e a palavra ficou entregue ao convidado principal, Baltazar Rodrigues (Inspetor em Chefia da Polícia Judiciária - Unidade Local de Investigação Criminal de Évora) que contou com o apoio de Ana Cristina Laranjeira (Direção do SDPSul) e Ana Cristina Santana (Direção do SDPSul) na moderação.



SDPSul celebrou o 37º aniversário com um seminário sobre os perigos e cuidados que a Internet oferece nos dias que correm.

Após um período de debate e conversa sobre a matéria em discussão, seguiu-se a sessão de encerramento conduzida de novo por Josefa Lopes, com o evento a terminar com um jantar de celebração.



SPCL/FNE DENUNCIA SITUAÇÃO DESESPERANTE DOS PROFESSORES NO ESTRANGEIRO

O Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas (SPCL) denunciou, em 23 de fevereiro de 2023, junto do Consulado de Portugal, em Estuária, a situação desesperante dos professores do Ensino do Português no Estrangeiro (EPE). Para Teresa Soares, Secretária-Geral (SG) do sindicato, “a situação de professores e dos alunos portugueses lusodescendentes no EPE deteriora-se a olhos vistos, sem que se vislumbre qualquer intento de corrigir injustiças ou de garantir um mínimo de estabilidade”.

Na verdade, os docentes no estrangeiro ganham pouco mais de metade do que um colega alemão com igual tempo de serviço, salienta um documento do SPCL entregue ao cônsul-geral, Leandro Amado. Manifestando-se solidários com as reivindicações dos seus colegas em Portugal, os professores do EPE queixam-se que no seu caso “a precariedade é a dobrar”, como sublinhou Teresa Soares.

Os maiores problemas advêm do facto de não estarem sob a tutela do Ministério da Educação, mas sim do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua (CICL), e do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), que acusam de não demonstrarem disponibilidade sequer para dialogar, muito menos de extinguirem o pagamento obrigatório de uma propina de frequência.

A SG do SPCL, docente na Alemanha, sublinha que “o nosso emprego depende sempre do número de alunos, que tem vindo a diminuir”, adiantando que naquele país são agora 31 professores com cerca de 2.800 alunos e na Suíça menos 500 alunos do que no ano passado. Segundo dados do seu sindicato, no presente ano letivo há no EPE, a nível mundial, 310 professores, menos sete do que no ano passado.

A contribuir para a precariedade está igualmente o facto de estes docentes estarem em segundo lugar para os concursos em Portugal e de não poderem vincular porque, pura e simplesmente, não existe quadro: “Os vencimentos são baixos e

não existem escalões nem progressão salarial, apenas dois grupos remuneratórios, um para quem tem mais de 15 anos de serviço e outro para quem tem menos desse tempo”.

Além disso, “como é que se aplica um congelamento de carreira onde ela não existe?”, questiona Teresa Soares, já que “o Instituto Camões aplica o congelamento do salário, o que significa que para um professor passar para o grupo dos mais de 15 anos de serviço trabalha 22 anos”.

No texto que entregaram ao cônsul-geral, os professores do EPE reivindicam a progressão salarial e salários justos, o fim do congelamento e da precariedade, estabilidade laboral, recuperação da igualdade nos concursos nacionais e um ensino de qualidade e gratuito. A Assembleia da República chumbou, em dezembro passado, os diplomas que visavam um ensino gratuito do português no estrangeiro, com votos contra do Partido Socialista e abstenções, entre outros, do PSD.

O único dos nove diplomas sobre o EPE que acabou por ser aprovado foi um projeto de resolução que recomenda ao Governo que reforce este ensino nas suas diferentes dimensões e intensifique o uso das tecnologias digitais para o tornar mais atrativo, interativo e ajustado ao perfil dos alunos.

Teresa Soares sublinha que o Instituto Camões teve um reforço de verba de 17 milhões de euros para fomentar o uso das tecnologias. Porém, “há dois anos que anda a prometer distribuir 'tablets' e computadores por alunos e professores”, e até agora nada.

Após a denúncia do SPCL, o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Paulo Cafôfo, acordou uma reunião com Teresa Soares, em 28 de fevereiro de 2023, na Embaixada de Portugal em Berlim.



A contribuir para a precariedade está igualmente o facto de estes docentes estarem em segundo lugar para os concursos em Portugal e de não poderem vincular porque, pura e simplesmente, não existe quadro.

WEBINÁRIO

24 FEV 2023 | DAS 17H00 ÀS 18H30Inscrições: Até 20 de fevereiro em www.fne.pt**Sócios Sindicatos FNE: 5€ | Sócios Sindicatos UGT: 10€ | Não Sócios: 20€**

EDUCAÇÃO PARA OS ODS

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



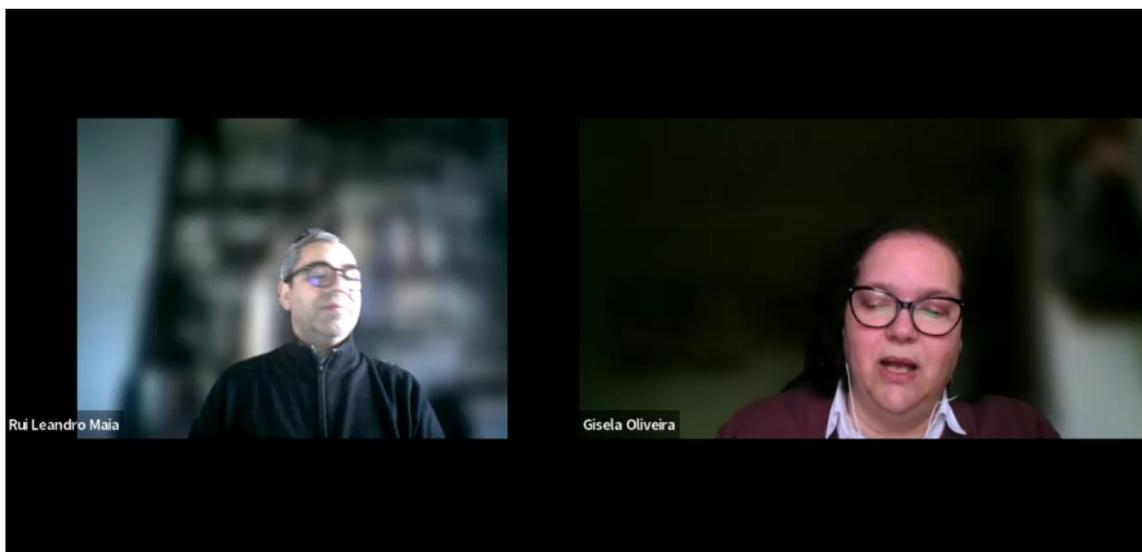
GISELA OLIVEIRA
Doutora em Ciências
da Terra
Oradora



RUI MAIA
Centro de Formação
da FNE
Moderador



GISELA OLIVEIRA SOBRE OS ODS: «A NATUREZA NÃO É POSSE DA ESPÉCIE HUMANA»



Gisela Oliveira (Doutora em Ciências da Terra, da Universidade Fernando Pessoa) foi a oradora convidada no webinar "Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS" das Nações Unidas, que contou com a moderação do Professor Doutor Rui Maia, do Centro de Formação da FNE, na moderação.

O webinar centrou-se na transversalidade dos 17 ODS e no papel preponderante que os educadores, professores e as escolas desempenham na sua promoção. Tudo com o objetivo de que a sua implementação ocorra numa dimensão socialmente favorável, para incentivar mudanças de comportamento, geradoras de um futuro mais sustentável e com mais justiça, para as sociedades e para o planeta.

E foi a partir deste ponto que a convidada lançou o tema, começando por fazer um pequeno balanço de algumas das principais cimeiras/conferências com preponderância neste tema, numa altura em que passam 50 anos da Declaração de Estocolmo e 35 da Cimeira de Nova Iorque, em que se desenvolveu o relatório Brundtland que deu início aos ODS.

"Agora estamos em 2023 e vivemos um tempo de desafios globais que incluem a saúde pública, conflitos bélicos, crises humanitárias, falta de

liberdade, problemas com abastecimento energético e insegurança económica e digital", referiu Gisela Oliveira. Mas é também um tempo "em que a educação é a principal fonte de esperança e determinação para melhorar um futuro que é já hoje. A educação é a melhor ferramenta para se alcançar a liberdade e a sustentabilidade".

O Relatório "Transformar a Educação 2023" da UNICEF oferece vários pensamentos sobre esta matéria. Desde logo "o que é preciso mudar?". A esta questão a oradora responde que "depende dos contextos de cada país. É preciso haver uma adaptação. Mas temos de apostar em alterações ao nível da equidade e inclusão, da qualidade do ensino e da relevância nos fatores de conhecimento e dos valores".

Portugal tem alguns documentos sobre o tema, como o "Relatório Nacional sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", de 2017, e "Educação para o desenvolvimento sustentável", de 2021, em que se defendem os pontos em que deve assentar o desenvolvimento sustentável, que passam pela pedagogia e ambientes de aprendizagem, uma educação baseada em projetos centrada no estudante, mas acima de tudo, "é preciso transformar a aprendizagem e que os estudantes vivam o que aprendem e aprendam o que vivem".

Este é um tempo "em que a educação é a principal fonte de esperança e determinação para melhorar um futuro que é já hoje. A educação é a melhor ferramenta para se alcançar a liberdade e a sustentabilidade". Gisela Oliveira

O webinar foi muito rico do ponto de vista pedagógico. Nele percebemos que se queremos que a educação seja a maior ferramenta é preciso transformar o foco dos indivíduos para a cidadania. "Precisamos de mudanças estruturais. A Educação para o Desenvolvimento Sustentável deve explorar valores diferentes aos da sociedade de consumo e responder ao futuro tecnológico. A transformação da sociedade também passa por valores, atitudes e conceitos que têm de ser alterados hoje. O futuro é agora".

Sobre o papel da tecnologia, Gisela Oliveira considera que "não vai resolver os problemas. O que é mesmo fundamental é criar uma sociedade sustentável, capaz de desenvolver e de prosperar economicamente em condições ecológicas que estão limitadas pelos constrangimentos físicos do meio ambiente. Temos de suprir as necessidades atuais sem pôr em causa a capacidade de atender às necessidades das gerações futuras".

Para um futuro melhor é imprescindível o reconhecimento da importância do capital natural, que "é algo que pode ser equiparado a um ativo bancário e que gera proveitos. É necessário mudar os mercados para aquilo que usufruímos e dar valor ao serviço dos ecossistemas para se

tornar a sociedade mais amiga do ser humano". Gisela Oliveira acrescenta que é também preciso "valorizar a ética da sustentabilidade e perceber que a Natureza não é posse da espécie humana. A educação neste caso tem de ser integrada nas políticas globais, regionais, locais e nacionais".

Rui Maia, moderador do webinar, lançou um conjunto de questões colocadas pelos participantes. Uma delas passa pela forma como se devem trabalhar os ODS nas escolas. Gisela Oliveira sugeriu "capacitar os professores para seguirem as linhas do acordo 2030, incorporar os ODS nos currículos e na escola como um todo e empoderando cada um de forma que percebam a força que a ação individual pode ter, com escolhas que contribuam para o melhor do planeta".

A fechar, Rui Maia questionou Gisela Oliveira sobre que opção se deveria tomar já. A especialista não teve dúvidas em responder: "Mudar o discurso e os valores. Isto é nuclear. O discurso dos governantes tem de mudar. É preciso deixar de apontar apenas o crescimento económico. O que acaba por 'minar' a relação da sociedade com o poder é a falta de confiança nas estruturas. Mas a sociedade acomodou-se e isso é um problema que precisa ser combatido".

Gisela Oliveira acrescenta que é também preciso "valorizar a ética da sustentabilidade e perceber que a Natureza não é posse da espécie humana. A educação neste caso tem de ser integrada nas políticas globais, regionais, locais e nacionais".



entrevista



40 ^{fine}
ANOS

CARLOS GUIMARÃES

Ex-Presidente do STAAE-ZN

CARLOS GUIMARÃES: «TEM QUE HAVER UM CORPO ESPECIAL DE NÃO DOCENTES»

Na segunda parte da entrevista ao Jornal FNE, o ex-presidente do Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte (STAAE-ZN), Carlos Guimarães, fala dos desafios da municipalização, do SIADAP e de como a formação é vital para os Trabalhadores Não Docentes (TND). Único presidente de um sindicato de não docentes a chegar a Vice-Secretário da FNE, Carlos Guimarães sublinha que a definição dos conteúdos funcionais e o estabelecimento de carreiras especiais continua a ser a maior luta dos TND.

JF – TERMINÁMOS A PRIMEIRA PARTE DESTA ENTREVISTA COM UMA ALUSÃO AO MARCO HISTÓRICO QUE REPRESENTOU O DL 515/1999, DE 24 DE NOVEMBRO, PARA OS TND. ONDE RESIDIU VERDADEIRAMENTE A IMPORTÂNCIA DESSE DL?

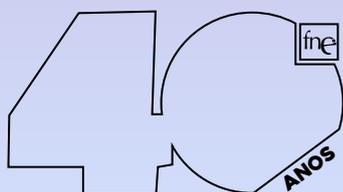
CG – De uma maneira muito resumida, o DL 515/1999 deu uma nova visão aos TND e criou novos profissionais. No seu preâmbulo reconhecia logo que todos os profissionais da educação desempenham um papel relevante. E que, além dos docentes, a escola integra um conjunto diversificado e relevante de outros profissionais, cuja ação é essencial na organização e funcionamento das escolas. Antes deste DL, o enquadramento normativo do pessoal não docente remontava ao DL 223/87, de 30 de maio, de maneira claramente desajustada para aquela altura. A elaboração de um regime jurídico do pessoal não docente foi, sem dúvida, uma clara opção do Governo de António Guterres para espelhar a essencialidade das respetivas funções.

O DL 515 delimitava os direitos e deveres gerais e específicos do pessoal não docente, com destaque para o direito à participação no processo educativo. Por outro lado, ao nível da gestão dos recursos humanos estabelecia que os quadros do pessoal não docente se estruturavam em qua-

dro regionais e quadros de escola ou de agrupamento de escolas, garantindo uma mobilidade que assegurava as necessidades do sistema educativo. No que dizia respeito às carreiras, criava a carreira de técnico superior de educação e de assistente de ação educativa, como reflexo da modernização das escolas e da crescente exigência de qualificações dos TND. A avaliação passava a estar orientada por um conjunto de objetivos específicos, por forma a contribuir para a melhoria da ação educativa, sem esquecer a valorização individual, permitindo o acesso a indicadores de gestão de recursos humanos ao nível da escola. E o direito-dever à formação passava a compreender a formação inicial, contínua e especializada, sendo ainda reconhecido o direito à autoformação.

O DL considerava ainda que as carreiras e categorias que integravam os quadros regionais pertenciam aos grupos de pessoal técnico superior, técnico, técnico-profissional, administrativo, operário e auxiliar, constantes de um mapa anexo. Entre elas faziam parte a carreira de técnico superior de educação, de psicólogo, de chefe de serviços de administração escolar, de assistente de ação educativa, de cozinheiro ou de pessoal auxiliar. O DL 515 também trazia a descrição dos conteúdos funcionais das carreiras e categorias, que são a maior luta de hoje dos TND. Infelizmente, o DL 515/199 foi revogado pelo DL 184/2004, no Governo de Durão Barroso, ainda antes de ser completamente regulamentado, o que provocou um grande retrocesso. A justificação: assentava numa visão demasiado especializada das carreiras do pessoal não docente, contrária à qualificação e à racionalização do sistema educativo.

"Conseguimos valorizar o pessoal não docente e hoje você vai a uma escola e encontra muita gente licenciada nas secretarias, muito de economia e direito".





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NÃO TEM VISÃO

JF - COMO É QUE REAGIRAM E QUE ARMAS USARAM PARA RECONQUISTAR UM NOVO ESTATUTO?

CG - Ficámos tristes, muito tristes. Discutimos com o Secretário de Estado e eu até lhe disse: "Olhem, vocês vão perder as eleições com isto". Mas a direção da FNE sempre acompanhou e deu valor ao pessoal não docente e sempre nos apoiou nesta situação. Acho que já está a acontecer o pedido de um corpo especial. Se não existir corpo especial, não há hipóteses de haver uma educação de qualidade. Não há. Acho estranho não haver concursos. Os melhores é que devem ser escolhidos.

JF - UM PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO QUE CONDUZA À DEFINIÇÃO DOS CONTEÚDOS FUNCIONAIS E AO ESTABELECIMENTO DAS SUAS CARREIRAS ESPECIAIS É UMA DAS GRANDES LUTAS DOS TND. POR QUE RAZÃO ESTA DEFINIÇÃO É TÃO IMPORTANTE?

CG – Como a situação está atualmente, eu como diretor da escola não gosto de determinado indivíduo, que é assistente operacional. Esse assistente faz tudo e mais alguma coisa e é superiormente cumpridor. Eu chego e digo: "Olhe, você hoje vai desentupir a fossa!" E ele tem de ir. Não se pode negar. Vira pau para todo o serviço. E outro grande erro do ME foi acabar com o serviço das cantinas escolares feito por pessoal da casa. Para quê? Para o dar a empresas externas? No meu tempo, os cozinheiros conheciam as pessoas da escola e os alunos e ajudavam. Tirar das cantinas os trabalhadores da casa foi um grande erro. Alguns passaram para os bufetes e para outros serviços da escola. Outros desapareceram. Os altos poderes tomaram esta decisão e só arranjaram problemas. Os pais e os alunos bem se queixam, mas perdeu-se tudo o que havia de bom nas cantinas.

JF - A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS ENTROU DEFINITIVAMENTE NO CONTEXTO LABORAL DOS TRABALHADORES NÃO DOCENTES. QUE OPORTUNIDADES E DESAFIOS VÊ NESTA MATÉRIA?

CG - As escolas precisam de profissionais em número suficiente. Vemos diariamente nas televisões os professores a serem maltratados pelos alunos, os alunos a tratarem mal os seus colegas, uma escola sem ordem. E porquê? Porque qualquer pessoa tem acesso às escolas, independentemente de mudarmos ou não para a dependência das câmaras municipais. No tempo do primeiro-ministro Durão Barroso, tivemos uma reunião de urgência da Comissão Permanente da FNE em que o falecido professor José Frade, membro desse órgão, anteviu que um dia iríamos passar todos para as câmaras. Fiz ver à Dra. Manuela Teixeira que isso era mau, porque se eu passar para a Câmara, mas não for da sua cor política, como é?

A Dra. Manuela Teixeira decidiu, logo ali, ligar para o gabinete do Primeiro-Ministro e falou diretamente com ele, dizendo que não estavam reunidas as condições para avançar com aquele diploma. E o diploma não avançou. Esperámos pelos outros governos, lutámos, e já com o prof. João Dias da Silva tivemos várias reuniões para assinar a mudança. Até que chegámos a um acordo para integrar o pessoal não docente nos quadros e fazer com que existissem cursos de formação para passarem a assistentes de ação educativa. Fizemos esse acordo, assinado em Lisboa com pompa e circunstância, mas hoje em dia a minha opinião é que o Ministério da Educação (ME) não tem visão. Nós conseguimos valorizar o pessoal não docente e hoje você vai a uma escola e encontra muita gente licenciada, alguns com mestrados, um ou outro com doutoramento, nas secretarias, muitos nas áreas de economia e direito. E então o ME não podia aproveitar e criar uma carreira especial?

Não queremos dinheiro, mas sim que os técnicos superiores passem a técnicos superiores da educação, que os assistentes técnicos passem a assistentes técnicos de educação e que os assistentes operacionais passem a assistentes operacionais da educação – todos valorizados e preparados com cursos de formação. E podemos aproveitar as pessoas formadas em direito para auxiliar a direção, os de contabilidade e economia podiam ser aproveitados para gerir verbas de cursos de formação e por aí adiante. A tutela deveria aproveitar mais estes profissionais, em vez de andar a deitar dinheiro fora. Mais tarde ou mais cedo o ME vai reconhecer que errou.

"Discutimos com o Secretário de Estado e até lhe disse "olhem vocês vão perder as eleições com isto do Estatuto", mas a direção da FNE sempre acompanhou e deu valor ao pessoal não docente e sempre apoiou nesta situação".

UMA LIGAÇÃO MUITO FORTE COM O SPZN

JF - O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SIADAP É UMA PEDRA NO SAPATO DOS TND. COMO DEVERIA SER FEITA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO?

CG - A avaliação de desempenho dos não docentes devia ser feita por mérito. As direções das escolas deveriam analisar quem era o melhor e agir com justiça. Mas há outra situação gravíssima. É que o pessoal que passou para as câmaras municipais (psicólogos, assistentes operacionais, assistentes técnicos, coordenadores) só tinham um coordenador na escola e, de repente, passaram a ter vinte ou trinta. Ora, para as cotas entram esses trinta e não apenas um.

Não pode ser. Tem que haver um corpo especial de não docentes, independentemente de estar na tutela da câmara ou não. E desse corpo o diretor da escola tem que ter uma voz, com um só coordenador da escola nas cotas. Suponhamos que o coordenador da escola é do partido A e a Câmara é do partido B. Está tudo tramado. Isto tem de ser por mérito, por valores. As pessoas têm de demonstrar o que valem. Os amigos não podem ser todos corridos a muito bom. Esta situação tem de mudar. É necessário fazer estudos de alto nível, mas acima de tudo têm de existir carreiras especiais.

JF - A FNE DESEMPENHA UM PAPEL MUITO RELEVANTE NA CONTRATAÇÃO COLETIVA. EM QUE ASPETOS É QUE ESSA CONTRATAÇÃO COLETIVA BENEFICIA AS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO DOS TND?

CG - Beneficia se a contratação coletiva obtiver de novo carreiras especiais. Caso contrário não vale a pena. Com que pessoal? Quem manda e paga são as câmaras. E os municípios não têm dinheiro. Falam da descentralização, mas onde está o dinheiro para pagar aos profissionais? É tudo por amizades. A câmara se quiser ganhar eleições contrata uma série de gente que nem os diretores das escolas conhecem ou sabem quem são. Já noutro tempo uma antiga presidente de câmara, de quem até sou amigo, apesar de diferenças partidárias, pedia para determinada pessoa se apresentar na escola. Mas nesse dia essa pessoa faltava e apresentava atestado. Têm que existir carreiras especiais, independentemente de se passar ou não para as autarquias. O diretor é quem tem de mandar. Sem isso é só perder tempo.

JF- POR QUE É QUE UM TND DEVE ESTAR SINDICALIZADO?

CG - Deve estar sindicalizado e num sindicato que defenda os seus interesses. Não é defender questões de dinheiro, de ganhar mais. Queremos e devemos, antes de tudo, dignificar a nossa profissão, porque há muitos trabalhadores não docentes que são maltratados dentro das escolas, porque não têm a mesma cor política ou porque o mandam fazer serviços que não lhe cabe a fazer. Mas como a lei diz que tem de fazer tudo e mais alguma coisa ele nada pode fazer.

Lembro-me de uma escola em que o diretor tinha uma cor política diferente do presidente da câmara municipal. Então esse presidente, sem pedir opinião ao diretor, ordenou que todo o pessoal não docente fosse para o edifício da autarquia varrer as escadas. Esse diretor falou comigo e eu disse a esses trabalhadores para eles aproveitarem e pintarem a escola, como forma de mostrar à autarquia que eles eram mais necessários ali. Foi o que aconteceu. Os não docentes ficaram na escola e já não foram varrer a escada da câmara. Por isso digo e repito: precisamos de carreiras especiais e de estarmos sob a alçada dos diretores.

JF – EM 15 DE ABRIL DE 2019 ABANDONOU A LIDERANÇA DO STAAE-ZN. QUAIS FORAM OS SEUS MOMENTOS MAIS ALTOS E AS MAIORES DIFICULDADES À FRENTE DO SINDICATO?

CG - As maiores dificuldades foram não termos sócios ao princípio. Foi a maior dificuldade. Já os momentos mais altos foi estarmos no seio da FNE e sermos acarinhados pelos seus dirigentes máximos. Eu era Vice-Secretário-Geral da FNE e em tudo o que pedíamos eles faziam o máximo para nos ajudar. A ligação entre o STAAE-ZN e a FNE foi sempre muito estreita. Isso foi o melhor que nós podíamos ter.

"A avaliação de desempenho do pessoal devia ser feita por mérito. O conselho diretivo devia ver quem era o melhor e avaliar".





ALEGRIA, AMOR E SAUDADE

JF - QUE TEMAS/MATÉRIAS DE FORMAÇÃO CONSIDERA MAIS RELEVANTES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS TND?

CG - Da parte dos assistentes operacionais de educação devemos ter o foco na parte cívica, em aspetos mais gerais da educação e em como tratar e acompanhar adequadamente os alunos. Em 1980, alguns auxiliares de ação educativa tiraram cursos de formação para acompanhar alunos com deficiências. Mas isto foi só três ou quatro meses e depois acabaram com esses cursos. Para o pessoal administrativo apostaria na contabilidade, no direito administrativo, como forma obrigatória de os profissionais melhorarem e atualizarem as suas qualificações, tal como acontece com o pessoal docente.

JF - COMO CONSEGUIR UMA MAIOR ENVOLVÊNCIA DO PESSOAL NÃO DOCENTE NO SISTEMA EDUCATIVO?

CG - A educação é o pilar de uma nação. Sem educação não há nada. Eu lembro-me que exerci funções políticas antes do 25 de Abril, em Angola. Então quando o Marcello Caetano tomou conta do poder, o Ministro da Educação Veiga Simão foi a Angola e fomos visitar o Liceu Sá da Bandeira, na cidade do Lubango. Havia contínuos com uma farda castanha. E o chamado na altura pessoal menor varria e isso. O Ministro disse assim ao Governador de Angola: “Nós temos de valorizar o pessoal não docente”. E foi aí que se criou o DL 513/73, de 10 de outubro, que procedeu a uma revisão das estruturas administrativas dos estabelecimentos do ensino preparatório e secundário, bem como das escolas do magistério primário, assumindo particular relevo os aspetos da gestão financeira e das atribuições dos respetivos conselhos administrativos. Considero que foi aí que se começou a evoluir. Porque o Ministro Veiga Simão já tinha a visão que os TND eram essenciais nas escolas.

JF - COMO ANTEVÊ O FUTURO DO SINDICALISMO E EM ESPECÍFICO O SINDICALISMO DOS TRABALHADORES NÃO DOCENTES?

CG - Não podemos pensar que estamos na época de greves. Temos que arranjar uma maneira de solucionar os nossos problemas. O DL 515/1999, de 24 de novembro, demonstra que há alternativas que são viáveis. Nessa altura, invadimos o ME com faxes e demonstrámos nas escolas que era imprescindível dar formação aos funcionários. Vou explicar o seguinte: sabe quem é que tem o poder nas escolas? Os professores não têm poder nas escolas. Quem tem o poder nas escolas é quem domina a informação e as pessoas que conhecem a legislação. Ou seja: o chefe de serviço qualificado e com bom conhecimento da legislação é quem ajuda muito os professores. Devo muito ao SPZN, que enviava para as escolas toda a informação necessária. E os professores, em vez de irem à direção, iam ao chefe de serviços, para que lhes fossem explicados determinados pontos na lei. Mais: o pessoal não docente e a informação é que contam. Dou-lhe um exemplo: o diretor da escola quer comprar um computador. Não pode fazê-lo se estiver em desacordo com o chefe de serviços. Isso tem de ser pelo programa das compras. Aí o assunto vai ao Conselho Pedagógico e compra-se o computador. Por isso, saliento que o pessoal não docente precisa de ter formação para subir de escalão, tal como os professores. Mas com resultados assumidos.

JF – EM TRÊS DE NOVEMBRO DE 2022, A FNE FEZ 40 ANOS. COMO DEFINIRA ESTAS QUATRO DÉCADAS DA FEDERAÇÃO?

CG - Alegria, amor e saudade. Trabalhei muito, mas ganhei muitas memórias. Daqui guardo muitas amizades.

(40 anos da FNE) "Alegria, amor e saudade. Trabalhei muito, mas ganhei muitas memórias e o que levo também são muitas amizades daqui".

O QUE MOVE OS PROFESSORES

Professores e educadores vivem momentos particularmente difíceis. A intransigência do governo em alterar o rumo da política educativa dos últimos anos é responsável, de forma particularmente gravosa, pelo grande descontentamento dos professores. Não é apenas uma ou outra questão do momento que está em causa. É um todo, um conjunto de políticas impostas por este governo e por esta equipa ministerial, assim como pelos antecessores, que visam tão somente reduzir o peso orçamental do setor da educação na despesa pública.

Fizeram-no congelando anos de tempo de serviço efetivamente trabalhado, para efeitos de progressão na carreira; fizeram-no com a criação de pesados constrangimentos na progressão, absurdos e injustos, porque em nada contribuem para a melhoria das práticas educativas e não valorizam os melhores; fizeram-no com a brutal desvalorização dos salários, registando-se a perda de cerca de 25% da massa salarial desde 2009 até agora, de acordo com os dados estatísticos disponíveis; estão a fazê-lo com o projeto de decreto lei, por ora, sobre recrutamento de professores que, em nome da estabilidade e do combate à precariedade, medida que faz parte do atual programa de governo, mostra a possibilidade de vinculação de um número superior a dez mil docentes contratados, a grande maioria com vários anos de tempo de serviço, para em seguida os obrigar a concorrer a nível nacional, como se de jovencinhos com vinte anos de idade se tratasse! Como podem professores com dez, quinze e mais de vinte anos de tempo de serviço que, naturalmente, já assumiram os compromi-

sos da paternidade ou da maternidade, concorrer obrigatoriamente a nível nacional?! E depois?! Quais os custos sociais e familiares?

Na mesma linha, também o Ministério da Educação apregoa a redução significativa da área dos quadros de zona pedagógica, também em nome da estabilidade, porém, os professores destes quadros passam a ter que se sujeitar a horários de trabalho em dois agrupamentos diferentes da mesma área geográfica! É caso para perguntar: Que estabilidade é esta senhor Ministro?!

Não, não é nenhuma militância ou força partidária que conseguiu mobilizar para uma Manifestação de 150.000 professores no passado dia 11, entre outras que já ocorreram e nas mais diversas formas de contestação. É, acima de tudo, a grande falta de respeito acumulada ao longo dos anos por uma classe profissional da mais alta relevância, que não se esgota nas poucas palavras deste texto.

É pela dignificação e valorização da sua carreira que os Educadores e Professores **NÃO DESISTEM**.

É por tudo isto que afirmamos, **NÃO DESISTIMOS!**

Josefa Lopes
Presidente do SDPSul



PARA TANTO QUE LHES DAMOS, É TÃO POUCO O QUE NOS DÃO



O sindicalismo volta a viver momentos de grande tensão; como acontece quase sempre que o socialismo está no poder. O PS diz que é a democracia a funcionar, mas não cede às reivindicações dos trabalhadores e as manifestações sucedem-se por todo lado. Curiosamente até juntam militantes e não militantes e os apoios chegam dos quatro cantos da política, misturando na mesma voz, comunistas, sociais-democratas, bloquistas, centristas e até – pasme-se porque estão no poder – socialistas. Socialistas que vão para as manifestações, tal como os restantes, pedir aumento de salários, contemplação do tempo de serviço e outras queixas que todos conhecemos de tanto se repetirem por quem sente na pele estes tempos de forte inflação e aumento de pobreza. Aliás, é próprio dos governos do centrão repudiar a meritocracia beneficiando a popular democracia. Democracia que está enferma, porque habituou os eleitores a receber para dar.

Está na hora de nos unirmos e não de nos dividirmos. É unidos que vamos ter força para lutar pelas nossas reivindicações. Infelizmente, Portugal é pródigo em dividir ao invés de unir. Quem não concorda, não faz um esforço para gerar consenso. Parte de imediato para a divisão e faz outro sindicato, outro partido, outro grupo ou clube de futebol. Não é assim que vamos lá. É dar as mãos que lá chegamos. É gritar a uma só voz quais são as lutas, os valores que perdemos e a miséria que passamos, por via de ordenados baixos, regalias paupérrimas, falta de condições de trabalho e muitas outras queixas que dariam para encher mais umas tantas páginas desta revista ou de um qualquer jornal, por maior que fosse o seu tamanho.

Senhor Primeiro-Ministro, António Costa, Senhor Ministro João Costa, os Assistentes Operacionais e os Assistentes Técnicos não podem aceitar que tenham feito de nós cobaias e nos tenham passado administrativamente para as

autarquias, fazendo-nos perder direitos que tínhamos conseguido ao longo dos anos e das nossas carreiras. Não podemos permitir que – profissionais como Nós, dedicados e formados, na área da educação - possamos um dia vir a desempenhar outras funções que nunca escolhemos vir a fazer. Senhor Ministro João Costa, os técnicos da Educação não são “pau para toda a obra”. Somos profissionais que nos dedicamos, partilhando experiências e serviços e mantendo-nos empenhados durante toda a nossa vida ao serviço desta causa. Não nos podem colocar agora numa autarquia ao sabor dos políticos locais para fazer de nós “criados para todo o serviço”. Não Senhor Ministro. Nós não aceitamos esta passagem para as câmaras municipais a qualquer preço e sem garantias concretas de que vão respeitar aquilo que já conquistamos.



Por exemplo, a mobilidade que antes era possível, deixou de o ser, se o presidente da câmara resolver não concordar ou não autorizar. Quantos de nós trabalhamos a grande distância de casa e a mobilidade era uma das opções, tanto para aproximação da residência, quanto para a progressão na carreira de quem estuda e trabalha ao mesmo tempo. Com a passagem dos AO e dos AT para as autarquias perdemos isso, porque dependemos da autorização de um autarca.

E o mais preocupante é sabermos pelas notícias que algum poder local está perigosamente minado pela corrupção, pelo amiguismo, pela má gestão dos serviços em prol da popularidade que cada vez afunda mais os cofres das edilidades.

Senhor Ministro João Costa que mal fizeram os Assistentes Operacionais e os Assistentes Técnicos para serem tão mal tratados por Vossa Excelência e pelo Partido Socialista em termos de direitos e garantias? Está na hora de recuperar o tempo perdido; voltar atrás com a asneira que fizeram e passar de novo a educação para o poder central.

Sabemos que os tempos correm em sentido contrário. No sentido da municipalização. Mas isso não nos agrada e não nos vamos calar. Não vamos ficar em silêncio, mesmo que fiquemos sós a gritar no deserto. Não trocamos a populari-

dade pela razão das nossas causas. Não queremos, não aceitamos e não vamos baixar os braços, até porque ministros há muitos. Vão uns e vêm outros.

E afinal o que vai ficar depois de tudo isto? Ficar para a história a imagem de um ministro imperfeito, um político polémico, um governante que prejudicou a comunidade escolar e quem nela trabalha. E com isto prejudica também os alunos que são os primeiros a sofrer com todas estas injustiças.

Senhor Ministro João Costa, ainda está a tempo de mudar a negativa que teve no primeiro período. Afirme-se, não se deixe iludir por quem nada sabe de Educação. Estude as necessidades e as reivindicações do sector, Senhor Ministro. Faça um esforço e verá que consegue levantar a nota. Já não irá a tempo do vinte, mas conseguirá um modesto valor para não reprovar o ano. Para tanto que lhes damos, é tão pouco o que nos dão.

*José António Moreira
Vice-presidente*

*STAAE ZN
Sindicato dos Técnicos Superiores,
Assistentes e Auxiliares de
Educação da Zona Norte*

"Senhor Ministro João Costa que mal fizeram os Assistentes Operacionais e os Assistentes Técnicos para serem tão mal tratados por Vossa Excelência e pelo Partido Socialista em termos de direitos e garantias? Está na hora de recuperar o tempo perdido".



ATRATIVIDADE DA PROFISSÃO DOCENTE: RETENÇÃO MAIS IMPORTANTE QUE RECRUTAMENTO

Mais de cem dirigentes representando sindicatos e empregadores da educação de toda a Europa participaram na Conferência Final do projeto “Rumo a um quadro de ação sobre a atratividade da profissão docente através de um diálogo social eficaz na educação”, que decorreu em 30 e 31 de janeiro, em Varsóvia, Polónia.

Financiado pela Comissão Europeia (CE), o projeto resultou de uma parceria entre o Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) e a Federação Europeia dos Empregadores da Educação (EFEE), com o objetivo de, através de uma visão comum, se conseguir valorizar e aplicar nos sistemas educativos medidas de atratividade, capazes de elevar o estatuto da profissão docente, tão carecido de medidas concretas de reconhecimento e de dignificação.

Os participantes partilharam as suas opiniões sobre o que os governos, os parceiros sociais nacionais de toda a Europa e os formuladores de

políticas educativas poderiam fazer para melhorar a atratividade da profissão docente, enfrentando os seus maiores desafios, em questões como o recrutamento, a mobilidade, o envelhecimento, o rejuvenescimento da profissão, os limites do tempo de trabalho, o excesso de burocracia, o bem-estar e a qualidade da vida profissional, o respeito pela diversidade ou a premência de uma valorização salarial digna.

Os delegados do CSEE e da EFEE chegaram a um acordo e aprovaram o texto final de um Quadro de Ação sobre a Atratividade da Profissão Docente, com capítulos desde o papel dos parceiros sociais e do diálogo social no setor da educação, questões relacionadas com as condições de trabalho, formação inicial de professores, o desenvolvimento profissional contínuo, reformas curriculares e autonomia, investimento em educação, saúde e segurança e a valorização do estatuto da profissão docente.





A conferência final foi presidida por Larry Flanagan (Presidente do CSEE) e Fergal McCarthy (Vice-Presidente da EFEE) e teve como objetivo aumentar o conhecimento e a conscientização sobre a governança e as políticas da UE em educação, abordando as necessidades de capacitação para o diálogo social, através de um entendimento comum dos fatores ligados à atratividade da profissão docente.

Momento especial da conferência foi a apresentação, pelo Professor Howard Stevenson (Universidade de Nottingham) e Alison Louise Milner (Universidade de Aalborg) do relatório de investigação do projeto, com foco na importância de recompensas económicas e não económicas, medidas que aumentem o bem-estar e a qualidade da vida profissional, questões de igualdade no setor da educação e iniciativas de apoio aos professores.

Como bem sublinharam Howard Stevenson e Alison Louise Milner, o triângulo nevrálgico **Trabalho, Remunerações e Condições de Trabalho** é o responsável pela falta de atratividade atual da profissão docente. Alison sublinhou também que a questão da **Retenção de Professores** é mais relevante que a questão do **Recrutamento**. Porém, a maioria dos Governos escolhem a via do Recrutamento, em vez da via da Retenção, para melhorarem os sistemas educativos.

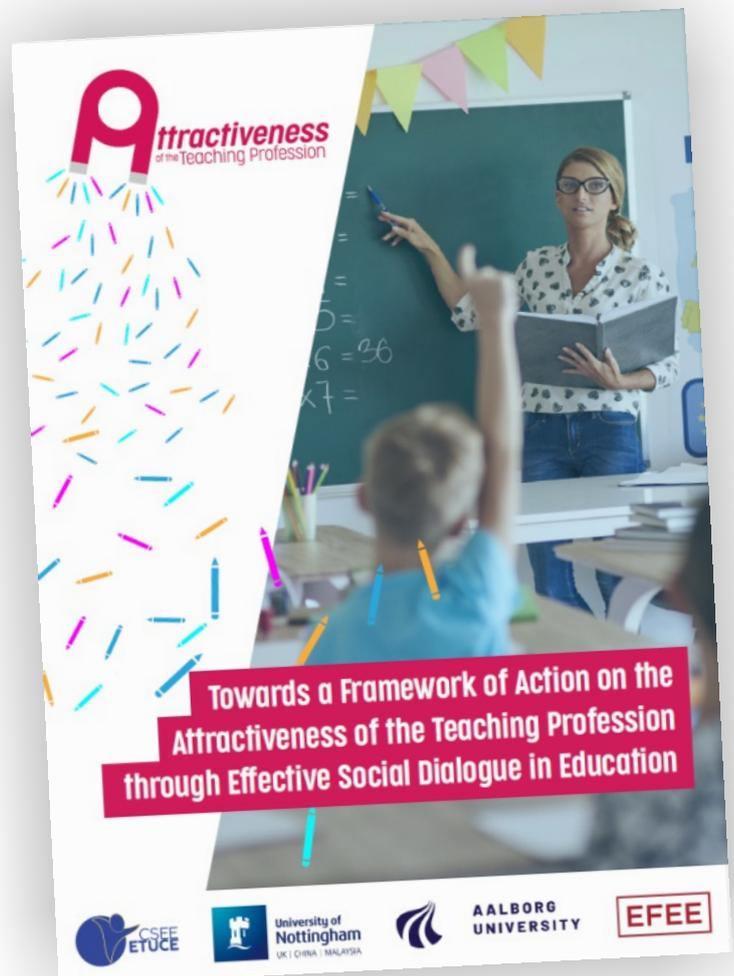
Os participantes foram recebidos por Ryszard Proksa (sindicato “Solidarność”) e por Dariusz Piontkowski (Vice-Ministro polaco da Educação e do Ensino Superior). Entrevieram igualmente Michael Teutsch (CE), Slawomir Broniarz (presidente do sindicato local ZNP) e Paul Fields (Irlanda). O **Quadro de Ação sobre a Atratividade da Profissão Docente** será apresentado para adoção na reunião plenária do Comité Europeu de Diálogo Social, apontado para 14 de dezembro de 2023, em Bruxelas.

Em nome da FNE esteve Joaquim Santos, representante dos sindicatos portugueses da educação no Diálogo Social Setorial Europeu da Educação (ESSDE).

O Quadro de Ação sobre a Atratividade da Profissão Docente será apresentado para adoção na reunião plenária do Comité Europeu de Diálogo Social, apontado para 14 de dezembro de 2023, em Bruxelas.

Leia o relatório do projeto aqui:

https://www.csee-etu.org/images/Publications/Research_Report_Towards_a_Framework_of_Action_Attractiveness_EN.pdf



INTEGRAÇÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO NA EDUCAÇÃO

Integrar — ou incorporar — a Saúde e Segurança no Trabalho (SST) na educação significa abordar sistematicamente estas matérias nas salas de aula. O ideal é que esta preocupação passe a fazer parte da vida quotidiana de alunos, pais e funcionários.

Se as crianças e os jovens começarem a familiarizar-se com o tema da SST à medida que aprendem a ler e escrever este tema passa a integrar naturalmente o seu modo de trabalhar, brincar e viver. Deste modo, desenvolvem uma atitude positiva face à SST que os acompanhará durante toda a sua vida pessoal e profissional. Crescer em segurança significa viver em segurança, o que melhora o sucesso da questão educativa em matéria de SST.

A integração da SST em determinadas disciplinas produz melhores resultados do que se for ensinada como uma matéria em separado. Os exemplos de aprendizagem e da vida real baseados em projetos e atividades ajudarão a passar a mensagem adequada às crianças e aos jovens. As principais mensagens podem ser repetidas de diferentes maneiras junto de diferentes grupos etários, seja em escolas do pré-escolar, primárias ou centros de formação profissional.

A abordagem da «escola como organização» é o modelo ideal. A integração da SST em níveis de educação mais avançados é mais difícil e está menos bem desenvolvida, em especial em uni-

versidades. Contudo, aplica-se o mesmo modelo «instituto como organização». Trabalhar em rede e em parceria com as autoridades de SST são fatores chave para uma integração bem-sucedida.

A abordagem da escola como organização reúne a educação e a gestão da escola. Os alunos e os trabalhadores não docentes (TND) colaboram para fazer da escola um lugar seguro e saudável, que permita trabalhar e aprender através da educação em matéria de riscos e gestão da SST, envolvendo os alunos na identificação dos perigos; da promoção e educação para a saúde, recorrendo, por exemplo, a iniciativas destinadas a criar escolas saudáveis; da promoção da dignidade e do respeito por todos, recorrendo, por exemplo, a campanhas anti-bullying (anti-intimidação); ou do cuidado com o meio ambiente, recorrendo, por exemplo, à reutilização e à reciclagem.

É possível apresentar sugestões para uma integração bem-sucedida. Na verdade, existem estudos de casos com elementos que contribuem para o bom resultado da abordagem «da escola como organização». Entre eles estão a liderança por parte da direção pedagógica para motivar os funcionários e alunos; a participação dos alunos, pais e funcionários; a disponibilização de ferramentas e apoio de ordem prática; ações de formação destinadas a professores e TND; trabalhar em rede entre escolas; estabelecer uma cooperação entre as autoridades de SST e de educação ou adotar o pragmatismo e associação da educação em matéria de riscos a disciplinas do programa curricular.

FNE/Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho



DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 DE JANEIRO A 25 DE FEVEREIRO DE 2023

[Decreto-Lei nº 7/2023 - DR nº 20/2023,](#)
[Série I de 2023-01-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Altera o regime de organização e funcionamento do XXIII Governo Constitucional.

[Aviso \(extrato\) nº 2387-A/2023 - DR nº 24/2023,](#)
[1º Sup., Série II de 2023-02-02](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
Notificação para o direito de audiência prévia no âmbito da publicação das listas provisórias de candidatos da 2.ª fase de colocações da 2.ª edição do programa extraordinário de estágios - EstágiAP XXI.

[Decreto-Lei nº 10/2023 - DR nº 28/2023,](#)
[Série I de 2023-02-08](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2023.

[Portaria nº 45/2023 - DR nº 30/2023,](#)
[Série I de 2023-02-10](#)

Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Procede à segunda alteração à Portaria nº 61/2022, de 31 de janeiro, que regula o reconhecimento, a validação e a certificação de competências no âmbito do Programa Qualifica.

[Declaração de Retificação nº 7/2023](#)
[DR nº 33/2023, Série I de 2023-02-15](#)

Assembleia da República
Retifica a Lei nº 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2023.

[Despacho nº 2366/2023 - DR nº 35/2023,](#)
[Série II de 2023-02-17](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro
Concede tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração direta do Estado, sejam eles centrais ou desconcentrados, e nos institutos públicos, no dia 21 de fevereiro de 2023.

[Deliberação nº 178/2023 - DR nº 35/2023,](#)
[Série II de 2023-02-17](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.
Atualização do valor das bolsas de investigação.

[Despacho nº 2403/2023 - DR nº 35/2023,](#)
[Série II de 2023-02-17](#)

Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.
Renovação da autorização de funcionamento dos Centros Qualifica de acordo com a Portaria nº 62/2022, de 31 de janeiro.

[Despacho nº 2615/2023 - DR nº 40/2023,](#)
[Série II de 2023-02-24](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Educação - Secretária-Geral da Educação e Ciência
Nomeação do responsável pelo acesso à informação.



Há +vantagens em ser associado(a) dos sindicatos da FNE

Clique aqui para consultar os protocolos

+vantagens fne



www.fne.pt

1 ANO

- *em guerra*
- *a defender a liberdade*
- *a defender a democracia*

*Em nome de todos nós
e com todo o nosso apoio*

**POR UMA UCRÂNIA
LIVRE E INDEPENDENTE**



SPZC
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA ZONA CENTRO



SDP
SUL

SDPA
SINDICATO DOS PROFESSORES DOS AÇORES



STAE
ZONA NORTE

STAE
ZONA CENTRO

STAE
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS